

Thorstein Veblen entre seus pares economistas:

um estudo sobre a audiência e a estrutura argumentativa de sua crítica sistemática ao pensamento econômico

Marco Antonio Ribas Cavaliere*

Palavras-chave

Thorstein Veblen, história do pensamento econômico norte-americano, retórica da economia

Classificação JEL

B 15, B31, B41

Keywords

Thorstein Veblen, history of American economic thought, rhetoric of economics.

JEL Classification

B 15, B 31, B41

Resumo

Este artigo pretende contribuir com a tendência revisionista da biografia intelectual de Thorstein Veblen. Especificamente, almejamos estudar o lugar de Veblen entre os economistas de seu tempo nos Estados Unidos. Para tanto, analisamos a audiência, o contexto e a estrutura da argumentação que o fundador do institucionalismo usou em uma série de textos publicados entre 1898 e 1909. A essa série demos o nome de “crítica sistemática do pensamento econômico”. Identificamos que Veblen estruturou seu argumento com a explícita intenção de costurar um acordo com sua audiência de economistas, utilizando para tal o expediente retórico de “reinvenção da tradição”.

Abstract

This paper aims to contribute to the revisionist tendency regarding Thorstein Veblen's intellectual biography. Specifically, it aimed to study Veblen's position among the economists of his time in the United States. For this purpose, the audience, the context and the structure of the argument used by the founder of institutionalism were analyzed in a series of texts published between 1898 and 1909. This series was named “systematic critique of economic thought”. It was concluded that Veblen framed his argument with the explicit intention of reaching an agreement with his audience of economists, through the rhetorical device of the “reinvention of the tradition”.

.....
*Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná – UFPR

1_Introdução

O famoso historiador do pensamento econômico Joseph Dorfman foi o autor da primeira e, até recentemente, única grande biografia do fundador da corrente institucionalista em ciência econômica. *Thorstein Veblen and His America*, originalmente publicada em 1934, fruto da tese de doutoramento de Dorfman na Universidade de Columbia, foi durante muito tempo a principal fonte de informação sobre a vida e a obra desse importante autor da passagem do século XIX para o XX. No entanto, apesar do ar de admiração que Dorfman demonstrava sobre as realizações intelectuais do institucionalista norte-americano, marca sobremaneira sua tese a figura de uma personalidade perturbada, excêntrica, irrequieta, muitas vezes amoral e, certamente, marginal em relação à academia de seu tempo (Dorfman, 1947, [1934]).

Contestada na época de sua elaboração pelo irmão do economista, Andrew Veblen, a tese de Dorfman sofreu poucas críticas, mais ou menos isoladas até os últimos anos do século passado. No entanto, a partir da década de 1990, com pioneirismo do trabalho de Edgell (1994, 2001), vários cientistas sociais e historiadores passaram a contestar a interpretação de Dorfman. Decisivo para esse trabalho foi o acesso aos arquivos do biógrafo, depois de seu falecimento, em 1991.¹

No campo específico da história do pensamento econômico, Charles Camic publicou, em 2011, na prestigiosa *History of Political Economy*, artigo que contribuiu muito para essa revisão. Tratando do trabalho de tradução de Veblen sobre a obra do economista alemão Gustav Cohn, *System der Finanzwissenschaft (Science of Finance)*, Camic (2011) pôs em dúvida a suposta marginalidade do tradutor entre seus pares economistas. Na mesma linha, a publicação dos *Essential Writings* de Veblen por parte de Camic, junto com o institucionalista britânico Geoffrey Hodgson, adota a linha revisionista para fazer uma longa introdução e comentários sobre as obras selecionadas do autor de A

Teoria da Classe Ociosa (Camic; Hodgson, 2011). Dito isso, assinala-se que o estudo apresentado aqui procura contribuir exatamente com essa revisão, ou seja, buscamos qualificar a suposta marginalidade de Veblen em relação à academia econômica de seu tempo.

Para argumentar nesse sentido, foi analisada uma parte da obra vebleniana que podemos chamar de “crítica sistemática ao pensamento econômico”, constituída por textos que vão desde o clássico *Why Is Economics not an Evolutionary Science?* (1898) até *The Limitations of Marginal Utility* (1909). Nessa crítica, Veblen tentava demonstrar que a ciência econômica até seu tempo não havia realizado a transição para aquilo que intitulava “ciência pós-darwinista” ou “evolucionária”.² Assim, esse conjunto de escritos é basilar para entender a relação entre Veblen e seus pares economistas, já que foi neles que o institucionalista escrutinou toda a tradição formativa da profissão e o fez especialmente para o público de economistas.

Dado esse recorte na obra de Veblen, diga-se que os instrumentos utilizados para levar a cabo o estudo são elementos da abordagem da retórica da economia. Essa perspectiva, em nossa opinião, é capaz de mostrar como Veblen precisou de um acordo com seu auditório de economistas e, igualmente, como foi capaz de fazê-lo ao mesmo tempo em que criticava praticamente toda a tradição da profissão.

Dentro do ferramental da retórica da economia, a análise divide-se em dois momentos. Primeiro, fizemos o estudo do auditório específico a que Veblen se dirigiu. O tempo em que Veblen veiculou sua crítica sistemática através das páginas do *Quarterly Journal of Economics (QJE)* e do *Journal of Political Economy (JPE)* foi exatamente o momento da profissionalização da ciência econômica nos Estados Unidos. Aliás, o próprio surgimento desses dois periódicos, especificamente de economia, foi uma das marcas desse pro-

cesso de profissionalização, o primeiro aparecendo em 1886, e o segundo, em 1892.

Posteriormente, nossa análise da argumentação dos artigos da crítica sistemática mostra que existe uma estrutura explícita de “reinvenção da tradição” do pensamento econômico, com três elementos. Em primeiro lugar, Veblen narrou a história do pensamento econômico como se desenvolvendo em direção à constituição de uma ciência econômica evolucionária, posição reclamada por ele para a sua abordagem teórica. Em segundo, o argumento do institucionalista apresenta sempre amplo respeito em relação às realizações do passado da disciplina. Veblen sugeriu que, se os “grandes mestres do passado” desenvolveram uma ciência não evolucionária, foi porque estavam inseridos em diferentes condições epistêmicas de possibilidade. Por último, e em consonância com o primeiro elemento acima, ele mostrou como a insistência (anacrônica) na característica que fazia da economia uma ciência não evolucionária era um “desvio da tradição”, o que ocorria àquele tempo principalmente através do marginalismo.

Explicitamos, a seguir, brevemente, alguns conceitos da retórica da economia que embasaram nosso estudo.

2_Sobre a busca da adesão do auditório ao discurso, a “reinvenção da tradição” e o desvio

O problema por excelência do estudo da argumentação é a obtenção da adesão de todos ou um de um grupo determinado às ideias sustentadas por aquele que faz o discurso. Assim, os tipos de público-alvo das argumentações podem ser divididos em dois: o auditório universal, ou seja, todos aqueles que leiam ou ouçam certo discurso, ou os auditórios particulares. Os discursos para auditórios particulares devem persuadir necessariamente aproveitando as características próprias de cada audiência.

Um dos auditórios particulares que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) trataram como caso de interesse é o do corpo de especialistas em uma disciplina científica. Segundo eles, a publicação de trabalhos em revistas especializadas, em grande medida, já fornece a ligação necessária entre o autor e o seu público, sendo que “o papel do autor é apenas manter, entre ele e o público, o contato que a instituição científica possibilitou estabelecer” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 20). Contudo, apesar da exigência de apenas manter o vínculo, tal tarefa não é trivial, especialmente por duas razões. A primeira é que muitas vezes o discurso deve atender a certas exigências técnicas de linguagem, como no caso de disciplinas bastante formalizadas ou que tenham extenso jargão próprio. Em segundo lugar, em termos mais gerais, comunidades científicas aderem a certos valores, opiniões, sustentam determinadas convicções indiscutíveis e aceitam premissas específicas. O autor do discurso deve estar bastante atento aos requisitos exigidos por esses elementos, sob pena de, ao invés de conseguir a adesão, ter seu discurso rechaçado pelo auditório particular de especialistas.

Nesse diapasão, em um texto bastante conhecido no Brasil, Pérsio Arida identificou algumas estratégias de argumentação recorrentes entre os economistas. A “reinvenção da tradição” é uma delas. Tal regra retórica apoia-se na constatação de que um dos valores aceitos pelo auditório particular de economistas é justamente o valor da tradição da disciplina. No período considerado nesse estudo, de formação da profissão, a tradição da disciplina sobressaía ainda mais como um dos valores fulcrais do grupo de estudiosos da economia.

Dito isso, “reinventar a tradição” consiste em “recortar o passado de forma a reivindicar para si uma tradição de pensamento e isolar o oponente como fruto de um desvio da tradição” (Arida, 1983, p. 42). De forma mais detalhada, a estratégia compreende apresentar suas teorias ou críticas

como respeitando a construção teórica de grandes mestres do passado, isto é, na forma de uma continuação legítima dos textos aceitos como fundamentais. Por exemplo, Ari-da (1983, p. 28) afirmou que essa foi a estratégia de Keynes, ao inventar os clássicos e se colocar como continuador de Malthus. Também, segundo o mesmo autor, essa foi uma das linhas de argumentação de Marx, que mostrou sua teoria como resultado de uma continuação da economia clássica, enquanto empurrava seus adversários para a economia vulgar. Do mesmo modo, fez modernamente Lucas, que denunciou o desvio keynesiano e adotou a tradição austríaca como sua inspiração.

Adiante neste texto, procuramos mostrar qual foi a estrutura do argumento que Veblen montou para recortar o passado e desenvolver sua versão da reinvenção da tradição. Contudo, antes, devemos detalhar quais são os textos da chamada “crítica sistemática”, bem como precisamos apresentar nosso estudo sobre a audiência visada por Veblen.

3_A crítica sistemática de Thorstein Veblen ao pensamento econômico

Bastante ativo no campo da economia desde 1892, ano em que foi para o Departamento de Economia da Universidade de Chicago, Veblen publicou até 1909 mais de 40 resenhas e quase 30 artigos.³ A maior parte das resenhas foi veiculada no *JPE*, periódico de economia da Universidade de Chicago, editado por Veblen até a sua saída daquela instituição, em 1906. Por outro lado, seus artigos foram publicados principalmente no *QJE*, no *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, no *Political Science Quarterly (PSQ)*, no *American Journal of Sociology (AJS)* e em alguns poucos no periódico que editava.

Dentre todos esses escritos, conseguimos destacar uma série de artigos que chamamos de “crítica sistemática ao

pensamento econômico”. Neste caso, a expressão sistemática cabe por duas razões. Primeiro, a série escrutina cada uma das grandes escolas de pensamento econômico, desde os fisiocratas, Smith, os clássicos e os neoclássicos, passando por marginalistas, marxistas e historicistas alemães.⁴ Em seguida, como razão mais relevante, a crítica apresenta coesão metodológica e de objetivo muito forte, delineada desde o primeiro texto, de 1898. O Quadro 1, abaixo, mostra os textos que formam a crítica sistemática.

Veblen, nessa série, criticou o pensamento econômico como um dos últimos redutos científicos no qual a *teleologia* teria lugar privilegiado como preconceito metodológico.⁵ A argumentação é baseada na ideia de que a maioria das ciências – especialmente as naturais – havia abandonado seus vieses teleológicos, ao passo que a economia, em suas palavras, ficava “desamparadamente atrás de seu tempo” (Veblen, 1898a, p. 373). É precisamente nessa linha que, para esse autor da virada do século, as ciências poderiam ser divididas entre pré e pós-evolucionárias, ou simplesmente em não evolucionárias e evolucionárias, ou ainda em pré e pós-darwinistas.⁶

Quadro 1_Seleção de textos de Veblen

Ano	Título	Periódico	Ano	Título	Periódico
1898	Why Is Economics not an Evolutionary Science?	<i>QJE</i>	1901	Gustav Schmoller's Economics	<i>QJE</i>
1899	The Preconceptions of Economic Science I	<i>QJE</i>	1906	The Socialist Economics of Karl Marx I	<i>QJE</i>
	The Preconceptions of Economic Science II	<i>QJE</i>	1907	The Socialist Economics of Karl Marx II	<i>QJE</i>
1900	The Preconceptions of Economic Science III	<i>QJE</i>	1909	The Limitations of Marginal Utility	<i>QJE</i>

Fonte: Elaboração própria.

4_A questão da audiência: o processo de profissionalização nos Estados Unidos da “Era Progressiva”⁷ e a necessidade do acordo

O movimento de profissionalização na Era Progressiva, economia e Veblen

Um dos mais celebrados estudos sobre a Era Progressiva, *The Search for Order*, de Wiebe (2001 [1967]), distingue o que chama de “tendência à profissionalização” como uma das características mais marcantes daquele período. Profissionais dos negócios, médicos e advogados, engenheiros e professores, cientistas naturais e sociais passavam a se identificar orgulhosamente como especialistas em seus campos do conhecimento. Em suas áreas de atuação, criavam associações e julgavam-se, cada vez mais, os legítimos construtores e, principalmente, os guardiões do saber especializado. Adicionalmente, para uma parte desses profissionais, Wiebe anotou um processo paralelo de “academização”, dada a importância das universidades nessa história da profissionalização.

Dentro desse contexto, a profissionalização das ciências humanas e sociais não foi menos forte do que a ocorrida entre as profissões mais tradicionais, como as de médico e advogado. Haskell (2000), em *The Emergence of Professional Social Science*, tratou dessa profissionalização ao estudar o surgimento, a transformação e a derrocada da American Social Science Association (ASSA).⁸ Na interpretação do historiador, o declínio da influência da ASSA, nas décadas de 1880 e 1890, foi uma expressão crucial desse processo, já que daí resultaria a formação de associações especializadas, como a American Economic Association (AEA), nascida em 1885, e a American Historical Association (AHA), formada em 1884. Para Haskell (2000), a ASSA não era uma associação dedicada a unir o que ele chamou de “comunidade de pesquisadores”. Formada no imediato pós-Guerra Civil, a ASSA não foi construída por

cientistas sociais profissionais, mas sim por uma variedade de acadêmicos e outros profissionais que Haskell (2000, p. 235) identificou como mais ligados pela sua origem social e familiar – de elite – do que pelos interesses científicos comuns. Constituir uma comunidade de pesquisa, então, significou a construção de uma rede de acadêmicos de dedicação exclusiva com interesse focado, encontros periódicos, publicações especializadas respeitadas e conexões baseadas em interesses meramente profissionais.⁹

Nesse panorama, a economia acompanhou a tendência geral. Trabalhos do historiador do pensamento econômico Bob Coats constituem excelente narrativa da profissionalização da economia no final do século XIX, e sua avaliação aponta no mesmo sentido dos estudos de Wiebe e Haskell. Mais ainda, ele reforçou o caráter mais profundo e agudo do processo nos Estados Unidos, se comparado ao que ocorreu na Grã-Bretanha (Coats, 2005a, 1998). Nessa linha, o historiador percebeu que a cultura de valorização da pesquisa e da busca pelas publicações de repercussão surgiu antes nos Estados Unidos, impulsionada pela maior competitividade em um ambiente menos aristocrático do que o britânico. Além disso, Coats (2005a) afirmou o caráter mais disciplinar das profissões acadêmicas no país de Veblen. Destarte, é precisamente nesse contexto que a primeira revista em língua inglesa especificamente de economia apareceu em Harvard, o *QJE*, em 1886.¹⁰ Da mesma forma, a criação e o aumento do número de programas de doutoramento em economia durante a Era Progressiva devem ser assinalados. Froman (1930), por exemplo, notou que, entre 1904 e 1910, o número de

programas de doutorado aumentou de 6 para 10, enquanto, entre 1904 e 1920, o número de alunos de doutorado em economia nos Estados Unidos saltou de 24 para 139.

Sendo assim, fundamental para nós é que a carreira acadêmica de Thorstein Veblen iniciou-se precisamente nesse contexto, dentro de um Departamento de Economia inaugurado em 1892. O então presidente da nova Universidade de Chicago, William Harper, escolheu James Laughlin para a chefia do Departamento de Economia. Laughlin, na época professor de Cornell, levou para Chicago seu brilhante aluno Thorstein Veblen, designando-o, em 1896, para a editoria do *JPE* (Overtveldt, 2007; Barber, 2010; Longawa, 1992).

Esse cenário, sob nosso ponto de vista, bastaria para tornar razoável o argumento da necessidade de algum acordo para que Veblen publicasse e fosse lido entre os economistas, ou mesmo para que fosse aceito em um departamento de economia. No entanto, há outro detalhe que deve reforçar ainda mais a ideia de que Veblen realmente precisou estruturar sua crítica, de modo a sugerir um acordo com os acadêmicos de economia de seu tempo.

Apesar de a literatura apontar a existência de uma grande pluralidade, ou melhor, de uma tolerância com ideias divergentes entre os economistas da época nos Estados Unidos, existia de fato uma divisão entre eles.¹¹ De um lado, ficavam basicamente aqueles que estudaram na Alemanha sob a batuta dos economistas da Escola Histórica, e que estavam envolvidos com as ideias religiosas de reforma do *Social Gospel*. Já do outro lado, estavam os mais tradicionalistas e conservadores, ainda bastante influenciados pelo classicismo britânico e defensores do *laissez-faire* (Leonard, 2011; Bateman, 1998). Essa divisão revelou-se como entrevero principal na formação da AEA e foi a razão pela qual vários economistas não se juntaram à associação desde o início. Fundada pelo reformista Richard Ely, a AEA passou quase duas décadas lutando

para aglutinar importantes colegas do lado mais conservador. Frank Taussig – editor do *QJE* – e James Laughlin estiveram entre os que não se juntaram à AEA imediatamente. Somente em 1904, o último dos tradicionalistas que se recusava a associar-se à AEA mudou de ideia; esse foi exatamente James Laughlin (Coats, 2005b). Assim, deve-se marcar que um grupo não negligenciável daqueles tempos tinha grande respeito pelas realizações do passado da ciência econômica, e não parecia desejar uma rescisão radical com essa herança (Morgan; Rutherford, 1998; Coats, 2005b).

Dada essa divisão no campo da economia, chama a atenção na biografia de Veblen que alguns dos “fiadores” de sua pertença à academia norte-americana eram tradicionalistas conservadores. Laughlin tornou-se, conforme assinado acima, o primeiro empregador de Veblen, confiando-lhe inclusive a delicada tarefa de editar o *JPE*. Outro foi Frank Taussig, editor do *QJE*, que, entre 1898 e 1908, veiculou no periódico que editava os artigos críticos de Veblen (Mason; Lamont, 1982). Ainda, Herbert Davenport, um tanto menos conservador, mas que nutria grande respeito pelo passado, foi quem deu emprego a Veblen na Universidade de Missouri, em 1911. Paralelamente, Tilman (1987) apresentou evidências de que Richard Ely, líder dos reformistas, não simpatizava com Veblen. Em razão disso, pensamos que interessa perguntar sobre o porquê de Veblen ser aceito entre esses economistas primordialmente conservadores.

Essa aceitação fica mais clara quando se considera o que estava por trás do reformismo de acadêmicos como Ely: o ímpeto religioso de reforma do *Social Gospel*.¹² Os tradicionalistas, por seu turno, formavam um grupo sem dúvida mais secularmente orientado (Leonard, 2011). Coats (2005b, p. 113) afirmou que esse último grupo temia colocar em xeque o caráter profissional e científico da AEA, caso ela estivesse profundamente associada a um movimento popular religioso como o *Social Gospel*. Portanto, Veblen

e seus trabalhos apresentavam duas características que podem ser apontadas como fatores influentes em sua aproximação com esse grupo mais tradicionalista. Apesar do aspecto extremamente crítico em relação às instituições conservadoras em obras como *A Teoria da Classe Ociosa*, ele era um reconhecido antirreligioso. Inclusive, em seu trabalho, a religião é por vezes associada ao atraso científico. Além do mais, os escritos de Veblen, no que tange à sociedade norte-americana, são críticos e analíticos, mas não há em sua obra a proposição de reformas sociais. Assim, o fato de se abster de propostas radicais de reformas e, principalmente, a sua inclinação bastante pró-científica e areligiosa, possivelmente tenham sido mais importantes para sua aceitação por parte de pares como Laughlin e Taussig do que sua posição crítica no tocante à economia clássica e às instituições de seu tempo. Isso, é claro, além do fato de Veblen ter efetivamente estruturado seu argumento crítico no sentido de um acordo com os tradicionalistas.

Os textos críticos de Thorstein Veblen e o *QJE*³

Para detalhar ainda mais a audiência dos artigos da crítica sistemática, vale considerar sinteticamente o periódico no qual quase todos os textos em foco foram publicados, o *QJE*. Como dito acima, as publicações de Veblen estão espalhadas por vários periódicos – por exemplo, *QJE*, *JPE*, *AJS* e *PSQ*. No entanto, queremos assinalar que há diferença entre o lócus principal dos artigos da crítica sistemática, o *QJE*, e outros veículos importantes do mesmo período. Assim, para testar a diferença da audiência do *QJE* e de outros periódicos, procedemos a uma inspeção na base de dados *JSTOR*, analisando a produção de economistas relevantes da época nos periódicos supracitados.¹⁴ Imaginamos que um estudo sobre quem publicou em cada uma das revistas podia dar-nos uma ideia de quem seriam os principais leitores, assim como sobre a especialização do periódico.

A Tabela 1 mostra a distribuição de publicações entre 1895 e 1910 de cada um dos economistas selecionados.¹⁵ Primeiro, observa-se que há uma diferença quantitativa entre o total de publicações de economistas nos periódicos de economia – o *QJE* e o *JPE* – e nos demais – o *PSQ* e o *AJS*.¹⁶ Mesmo retirando os autores que mais publicaram em cada um dos periódicos, uma vez que as publicações são relativamente concentradas, o total de publicações de economistas nos veículos de economia excede a publicação nos outros dois, notadamente no *QJE*. Outrossim, percebe-se que a publicação no *QJE* e no *JPE* é mais bem distribuída entre os economistas, especialmente em relação ao *AJS*. Enquanto 12 economistas publicaram no *QJE* e 11 no *JPE*, no *AJS* temos a publicação de somente quatro nomes diferentes. Isto pode indicar que apenas alguns deles, quando com interesses ou motivações especificamente interdisciplinares, publicavam no *AJS*. Já no *PSQ* vemos a publicação de dez economistas distintos.

A própria publicação de Veblen nesses periódicos deve servir de evidência para a discussão desses números. O institucionalista publicou em todos eles. Entretanto, ao se fazer uma avaliação do tema e do conteúdo das publicações, notou-se uma diferença interessante entre os artigos da crítica sistemática e os publicados no *AJS*. Enquanto os artigos da crítica sistemática se voltam exclusivamente para a discussão de teorias econômicas, três dos artigos do *AJS* desenham em linhas gerais a abordagem evolucionária que Veblen pretendia para sua ciência social; ademais, a influência da antropologia nesses textos era marcante (Veblen, 1898b, 1898c, 1899c). Apresentados no *Graduate Club* da Universidade de Chicago, seus assuntos, ainda que contenham críticas ao pensamento econômico, são claramente de interesse mais geral (Camic; Hodgson, 2011). O quarto artigo do *AJS*, de 1906, busca explicitar o que se pode chamar de “epistemologia vebleniana”, na qual o autor tratava da evolução da ciência em geral; portanto, esse

é outro texto que não se dirigia exclusivamente aos economistas (Veblen, 1906b).¹⁷ Adicionalmente, ao verificar as publicações de Thomas Carver e de John Commons no *AJS*, constatamos que os assuntos são de natureza interdisciplinar ou de ciência social mais geral.¹⁸

Tabela 1_Publicação de economistas da época de Veblen em periódicos selecionados

Autores	PSQ %	AJS %	QJE %	JPE %
Henry Adams	0,0%	0,0%	2,6%	0,0%
Thomas Carver	3,4%	11,1%	15,6%	5,7%
J. Bates Clark	34,5%	0,0%	6,5%	3,8%
J. Commons	6,9%	55,5%	11,7%	1,9%
H. Davenport	0,0%	0,0%	3,9%	24,5%
Richard Ely	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%
Frank Fetter	3,4%	11,1%	7,8%	1,9%
Irving Fisher	3,4%	0,0%	5,2%	5,7%
Arthur Hadley	3,4%	0,0%	1,3%	1,9%
James Laughlin	0,0%	0,0%	1,3%	41,5%
Simon Patten	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%
Edwin Seligman	31,0%	0,0%	6,5%	1,9%
Frank Taussig	3,4%	0,0%	24,7%	0,0%
Thorstein Veblen	6,9%	22,2%	13,0%	9,4%
Total	100% (29)	100% (18)	100% (77)	100% (53)
Nº de autores	10	4	12	11

Fonte: Elaboração própria.

Para complementar as considerações acima, testamos a diferença das distribuições das publicações desse conjunto

de economistas entre os quatro periódicos, submetendo os dados ao teste não paramétrico de Kolmogorov-Smirnov. Tal teste pode apontar se existe diferença estatística significativa entre as distribuições. Um alto p-valor corrigido do teste de Kolmogorov-Smirnov aponta que não se pode dizer que as duas distribuições são diferentes.¹⁹ Os resultados evidenciaram diferenciação marcante entre o *QJE* e o *AJS*. Com um p-valor um pouco maior, também encontramos divergência entre o *QJE* e o *PSQ*. Ainda, o teste indicou a inexistência de diferenciação entre as distribuições dos dois periódicos de economia, sugerindo que a distribuição das publicações do grupo de economistas no *QJE* e no *JPE* não apresenta diferença importante. Enfim, entre o *PSQ* e o *AJS* encontrou-se diferença com um p-valor mais alto. O resultado de diferenciação entre o *AJS* e o *QJE*, bem como o resultado de que não se pode afirmar divergência entre o *QJE* e o *JPE*, continuaram os mesmos quando retiramos da amostra os autores que concentram o maior número de publicações em cada periódico. Assim, o teste aplicado apontou na direção de que os economistas publicavam segundo um padrão de distribuição diferenciado nos periódicos de economia e, mormente, no *AJS*. Isso deve contribuir para robustecer nossa hipótese de que o padrão das publicações dos economistas nos periódicos de economia e no *AJS* tinha caráter diferente. E o fato de que não se pode detectar essa divergência nos dois periódicos de economia tende a fortalecer nossa ideia sobre a disciplinaridade desses veículos (*QJE* e *JPE*). Os dados do teste estão na Tabela 2.

Por último, consideremos que Coats (2005c, p. 83) relatou a divisão de trabalho que se pretendia entre o *QJE* e o *JPE*. Laughlin desejava que o periódico de Chicago fosse mais voltado às “questões práticas”, deixando para a revista de Harvard as discussões de “teoria econômica” (incluindo o debate crítico-metodológico).²²

Tabela 2_ Resultados do teste de Kolmogorov-Smirnov para as distribuições das publicações dos economistas selecionados

Periódicos	p-valor corrigido do teste K-S	Periódicos (com exclusão de autores)	p-valor corrigido do teste K-S
QJE/AJS	0,010	QJE/AJS ²⁰	0,017
QJE/PSQ	0,033		
QJE/JPE	0,237	QJE/JPE ²¹	0,166
PSQ/AJS	0,095		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a essa divisão, há de se perceber que Veblen publicou dois artigos e uma nota nos primeiros números do *JPE*, e que os temas desses artigos são fortemente voltados às questões práticas. The Army of Commonweal (1894), a nota, analisa um famoso movimento social reformista daquela época, ao passo que os artigos analisam o abastecimento de alimentos e o preço do trigo – The Price of Wheat since 1867 (1892) e The Food Supply and the Price of Wheat (1893) (Veblen, 1892, 1893, 1894). É possível que a decisão de enviar os artigos críticos para o *QJE* tenha sido influenciada pela proximidade com Laughlin, sobretudo por causa do trabalho editorial no *JPE*, dado o desejo deste último de fazer do *JPE* um periódico voltado às questões práticas.

Resumindo, não se pode desprezar a concentração de seus artigos críticos no *QJE*. Pensamos que, em vista do apresentado acima, parece bastante razoável a hipótese de que havia uma audiência específica para tais periódicos, especialmente naquela época, na qual se formava uma comunidade de leitores e pesquisadores primordialmente interessados em ciência econômica. Era para esse público, informado sobre as teorias que Veblen criticava, que essa parte de seu trabalho foi dirigida. Isso especialmente porque a crítica não era contra a ciência econômica como um todo, como forma de conhecimento, mas no sentido de

superar problemas que Veblen via nas teorias esposadas por seus colegas.

5_ O recorte vebleniano do passado da economia ou como ele estruturou o acordo

Se os textos críticos de Veblen foram direcionados à comunidade acadêmica em economia, como nos indica sua publicação no *QJE* e no *JPE*, é importante notar como a estrutura do argumento apresentado buscava a adesão desse auditório específico. Consideremos, então, a “reinvenção da tradição” na versão vebleniana.

O institucionalista reconstruiu a história do pensamento econômico como uma progressiva evolução em direção à posição que reivindicava, de ciência pós-darwinista. Essa reconstrução utilizou dois elementos que pensamos formar o núcleo da argumentação. O primeiro deles é o que chamamos de tese do ambiente epistêmico, de acordo com a qual as ideias de uma época são, em grande parte, resultados do ambiente sociocultural. Já o segundo é a tese do gradualismo, que afirma o modo “gradual” e progressivo da evolução entre dois ambientes epistêmicos diferentes. Outros expedientes retóricos podem ser identificados na crítica sistemática; entretanto essas duas teses formam, em nossa opinião, o eixo principal da estrutura argumentativa.

O Argumento Geral,

o “Ambiente Epistêmico” e o “Gradualismo”

Se o título do texto de 1898 questiona sobre as razões que faziam da economia uma ciência não evolucionária é porque, na avaliação de Veblen, existiam ciências que faziam jus ao então moderníssimo rótulo de evolucionárias.²³ Portanto, há nos textos em análise a comparação recorrente com outras ciências (Veblen, 1898a, p. 373, 388, 390; 1899a, p. 123-4). E, para reforçar esse argumento, Veblen ressaltou que os

próprios porta-vozes da economia mostravam incertezas a respeito da maturidade científica de seu campo de estudos. Por isso, já nas primeiras páginas do texto de 1898, Veblen iniciou a discussão remetendo o leitor a um texto metodológico publicado por Alfred Marshall no próprio *QJE* (Veblen, 1898a, p. 374-5; Marshall, 1897).

Camic e Hodgson (2011) apontaram que Veblen adotou o ponto de vista que fora o tema central do best-seller de John K. Ingram, *History of Political Economy*, de 1888. Nessa história do pensamento econômico, Ingram sustentou que a ciência econômica de determinado período histórico refletia necessariamente as circunstâncias desse tempo. Mas Veblen avançou nesse tipo de análise, já que foi capaz de teorizar essa relação entre contexto histórico e ideias econômicas. Mais ainda, a teorização vebleniana dessa afinidade não está colocada somente para a ciência econômica, mas é mesmo um dos pilares centrais de toda a construção teórica do antigo institucionalista.²⁴ E essa teorização é tributária da original filosofia pragmatista de Charles Sanders Peirce, que fora professor do economista na Universidade Johns Hopkins, no início da década de 1880.

No cerne dessa teorização, está um conceito que é capital para o sistema vebleniano: o hábito de pensamento.²⁵ Nos textos críticos, Veblen reafirmou várias vezes a tese de que os hábitos de pensamento são as “estruturas de pensamento”; poderíamos dizer que são os modelos mentais que definem a forma de apreensão de conhecimento em uma época específica (Veblen, 1898a, p. 377, 395-6; 1899a, p. 125; 1900, p. 240-1).²⁶ Nessa lógica, os hábitos de pensamento são parte das condições de possibilidade do conhecimento de um determinado tempo histórico, e a origem e a forma dos hábitos de pensamento estão relacionadas com o ambiente social, cultural e tecnológico em que se inserem os indivíduos. Usando essa categoria, Veblen estava interessado em estudar a apreensão da realidade na forma de explicações baseadas no estabe-

lecimento de sequências (temporais) de fenômenos, e em como os cientistas estabeleciam as relações de causalidade entre esses fenômenos. Ele, portanto, apontava dois hábitos de pensamento que pautam a construção do conhecimento humano: o ponto de vista animista e o prosaico.

O primeiro está ligado à construção de teorias de cunho teleológico, nas quais fins preestabelecidos dão a tônica da sequência, definindo a priori um resultado finalístico. De acordo com Veblen (1899a, p. 141), esse hábito de pensamento é uma antropomorfização dos fenômenos naturais ou sociais, uma vez que imputa às sequências causais da natureza motivações e finalidades típicas dos seres humanos, dotados de consciência e de poder de deliberação. Ele indicou ainda que essa imputação de finalidades abria espaço para que a subjetividade dos cientistas definisse quais seriam as consumações finalísticas adequadas ou desejáveis, fazendo da ciência elaborada sob essa perspectiva um conhecimento pouco objetivo (Veblen, 1898a, p. 382-3; 1909, p. 625). Por outro lado, o hábito do pensamento prosaico relaciona-se com a elaboração de sequências em que as conexões são estabelecidas como puramente causais, sem a predeterminação de uma consumação final que dirige a cadeia de relações (causais). Logo, nesse tipo de formulação, não há o mesmo espaço para a imputação de “vontades ou considerações de cunho personalista” (Veblen, 1899a, p. 141; 1909, p. 625).

Veblen (1899a, p. 141) atribuiu essa concepção a “um grupo moderno de psicólogos”, sem fazer citações mais detalhadas. Mas Camic e Hodgson (2011) mostraram que tal elaboração se deve ao antropólogo E. B. Tylor. Os mesmos autores notaram também que William Isaac Thomas, sociólogo norte-americano, teria promovido um curso na Universidade de Chicago, à época de Veblen, intitulado “Animism”. Todavia, em termos ligeiramente diferentes, essa discussão sobre o modo animista de apreensão da reali-

dade já havia ocorrido entre famosos filósofos e cientistas da virada do século XVI para o XVII, tais como Kepler, Descartes e Boyle. Naqueles idos, debatia-se que as explicações sobre o mundo apoiadas em ideias que sugeriam pretensas “motivações” de objetos inanimados deveriam ser descartadas como explicações filosoficamente aceitáveis – como a “vontade” do fogo e do ar de “irem para cima” e a da terra e da água de “irem para baixo”. A metáfora de que as “coisas do mundo” funcionavam como uma máquina e que as explicações legítimas deveriam ser sobre a “mecânica” das causas entre os fenômenos ganhava terreno já na idade moderna (Shapin, 1996).

Uma das chaves filosóficas para diferenciação entre os dois hábitos de pensamento está nas categorias de razão suficiente e de causa eficiente. Esses dois conceitos foram bastante discutidos por Peirce, mas têm sua origem e importância para a filosofia estabelecida desde a Antiguidade – no caso da causa eficiente – e da idade moderna – para a razão suficiente (Melamed; Lin, 2011). A razão suficiente está para o hábito animista, assim como a causa eficiente está para o modo prosaico. Diante disso, seguindo Hulswit (2002) para procurar o significado que Peirce dava à causa eficiente, chegamos à conclusão de que o ponto central das explicações via causa eficiente é a inexistência de motivações ulteriores à própria “mecânica” da relação de causalidade. A explicação na modalidade da causa eficiente estabelece uma relação dita diádica entre dois fenômenos, em que um deles é o causador do movimento, enquanto o outro é o efeito. Não há nenhuma determinação exterior ao relacionamento que controle a direção do movimento. Mais do que isso, e especialmente relevante para compreender Veblen, é que, em uma sequência de causas e efeitos explicados pela causa eficiente, o efeito final não pode ser conhecido a priori.

De outro ângulo, a razão suficiente diz que “tudo” deve ter uma razão ou causa para além das causações imediatas entre dois fenômenos adjacentes na sequência (Melamed; Lin, 2011). Assim, explicações calcadas na razão suficiente devem remeter qualquer sequência de causas e efeitos a uma razão última. A relação entre uma causa e um efeito é intermediada, sempre, por uma causa exterior, o que estabelece uma relação triádica. Como a causação exterior de cada relação triádica deve ter, ela mesma, sua causa exterior, a causa última comanda toda a sequência. Leibniz, pai do princípio da razão suficiente, afirmava que os elementos essenciais do mundo continham a priori, em sua constituição, a predeterminação de todas as relações possíveis. Para esse filósofo e matemático alemão, Deus estabeleceu a harmonia do mundo na programação das propriedades desses elementos, as “mônadas” essenciais (Hulswit, 2002).

Exatamente como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 472 e ss.) descreveram o papel dos pares filosóficos em argumentações, é possível dizer que a diferenciação entre os entendimentos prosaico e animista formam, na obra de Veblen, um par filosófico cujo objetivo é dissociar, ou melhor, diferenciar a ciência econômica pré e pós-darwinista. Contudo, ao mesmo tempo, Veblen usou esse par no acordo com a audiência de economistas por dois expedientes. O primeiro deles é a tese do ambiente epistêmico. Assim, na reinvenção vebleniana da tradição econômica, o pensamento dos “grandes mestres do passado” se originou sob formas mais ou menos animistas, em razão de seus contextos socioculturais e tecnológicos. As realizações dos “grandes mestres do passado” foram, portanto, reconhecidas como elaboradas sob outras condições de possibilidade. Por consequência, foi possível advogar a ruptura com a economia pré-evolucionária e, ao mesmo tempo, mostrar o trabalho dos fundadores como importante, como “grande realização” em seu tempo. Essa foi uma teorização sofis-

ticada de um argumento que reformistas do pensamento econômico utilizavam.²⁷

O segundo expediente da argumentação é a tese do gradualismo. De acordo com essa tese, a mudança passo a passo do ambiente epistêmico provocava a gradual transição do domínio do hábito de pensamento animista, mais arcaico, para o prosaico, mais moderno. Na opinião de Veblen (1899a, p. 140-1), a grande questão sobre a formação do conhecimento era estudar como ocorria essa mudança gradual, observando como o ambiente sociocultural e tecnológico condicionava tal transformação. A tese do gradualismo na análise da história do pensamento econômico foi provavelmente o ponto do argumento vebleniano no qual o institucionalista mais insistiu em seus primeiros textos críticos (Veblen, 1898a, p. 379-81, 385; 1899a, p. 123-4, 140-2, 148; 1899b, p. 399, 406-7, 411, 424; 1900, p. 240-4, 250-1, 256). É diante disso que se torna possível identificar, na crítica sistemática, uma reinvenção da tradição como gradual desenvolvimento em direção à posição evolucionária. Vejamos, destarte, essa reinvenção em duas partes. Primeiro, a que trata da linhagem clássica; depois, aquela que versa sobre os historicistas alemães, Marx e os marxistas.

A evolução da Linhagem Clássica para a

Economia pós-darwinista ou

a História Gradualista e o Desvio Marginalista

No terceiro texto da série *Preconceptions*, Veblen (1900, p. 261) deixou claro que sua intenção era analisar, nos três textos, “uma linha que se coloca obviamente em continuidade ininterrupta com o corpo da teoria clássica [...]. Assim, a história da mudança gradual do domínio do ponto de vista animístico para o prosaico começa com uma análise das diferenças entre a fisiocracia e a economia de Smith, com referência aos contextos socioculturais e tecnológicos da França e da Grã-Bretanha. A ciência de Smith representa

uma “fase mais adiantada” da pesquisa econômica quando cotejada com a dos fisiocratas (Veblen, 1899a, p. 135-6, 139).²⁸

A diferença entre a teleologia mais evoluída de Smith e a dos fisiocratas fica patente, em Veblen, na forma pela qual os ideários concebiam a origem da causa fundamental que regia a sequência de eventos analisados pela economia (Veblen, 1899b, p. 400-1). Para os fisiocratas, a ordem natural benevolente era concebida essencialmente como resultado do funcionamento de forças extra-humanas, traduzidas pelo poder criador nutritivo da terra. Logo, o aceite de propriedades teleológicas em elementos da natureza, isto é, fora da esfera humana, foi ressaltado por Veblen como uma forma mais incipiente de animismo: o animismo das forças da natureza. Em seu livro de 1914, por exemplo, Veblen (2004c) mostrou, com base em estudos antropológicos, como tribos primitivas imputavam a objetos inanimados ou da natureza – como ao Sol e à Lua – motivações, supondo vontade nesses seres, no sentido de uma antropomorfização desses.

Já em Smith, a motivação humana ganha maior destaque. O economista de Kirkcaldy concebia uma natureza humana, e seria essa natureza a responsável, em grande parte, pela tendência meliorística dos fenômenos da ordem econômica. Ao não conceder aos elementos da natureza, e sim ao homem e à essência de seu comportamento, o encargo da tendência geral dos fenômenos, Smith estava abrindo sua economia para uma teleologia menos ingênua. Isso acontecia porque, embora a natureza humana apontasse em uma direção, algumas ações humanas particulares (desvios) poderiam variar em relação à tendência central. Mesmo assim, o sistema smithiano estava eivado de mecanismos pelos quais os desvios da ordem central eram reajustados, o que levava a sequência de fenômenos a flutuar em torno de uma suposta tendência natural. A teoria do valor-trabalho e a flutuação dos preços em torno

dos preços naturais foram o exemplo que Veblen usou para explicar como Smith concedia aos fenômenos econômicos certo grau de liberdade, mas sempre tendo em vista uma ordem preconcebida (Veblen, 1899b, p. 401-2).

Essa diferenciação entre Smith e os fisiocratas, baseada no desenho da natureza humana, foi o principal modo pelo qual Veblen analisou a sequência da atenuação do caráter teleológico/animista das teorias econômicas. Na ideia do institucionalista, quanto maior fosse a compreensão dos pensadores sobre a complexidade da psicologia humana, menor seria a necessidade de remeter à natureza uma tendência teleológica (Veblen, 1900, p. 248-9), menor a influência de fatores “externos”.

Sobre a atenuação da inclinação animística no pensamento de Smith e seu contexto, dois aspectos foram ressaltados por Veblen. Primeiro, a Grã-Bretanha estava mais avançada no que dizia respeito à sua indústria. E, na medida em que os métodos britânicos de produção eram mais mecanizados, menor era o espaço para que os indivíduos pudessem negligenciar as conexões “mecânicas” – em termos de causa eficiente – entre os fenômenos. Veblen sustentava que, na transição de uma sociedade cuja produção estava baseada no artesanato manual para outra dependente de uma indústria mecanizada, maior era a exigência da compreensão do mundo em termos prosaicos. E esse hábito de pensamento, no âmbito da produção, transbordava para a compreensão do mundo (Veblen, 1899a, p. 142-3). O outro componente era cultural e político. As instituições políticas britânicas eram menos personalistas, e o império da lei sobrepunha-se à vontade pessoal do governante. Já na França, a observância de critérios de status social e a hierarquização da vida social e política, bem como o “cerimonialismo”, estavam extremamente arraigadas. Paralelamente, na religiosidade francesa, estavam mais presentes ideias de subserviência e domínio. Todos esses elementos

eram capitais para a manutenção do hábito de pensamento animista (Veblen, 1899a, p. 145, 148-9).

Os economistas seguintes na análise da linhagem clássica são os que Veblen considerou influenciados primordialmente pelo utilitarismo de Bentham – mesmo em casos em que essa influência fosse supostamente indireta, como em David Ricardo (Veblen, 1899b, p. 411-2). Essa separação entre os fisiocratas e Smith, como representantes da primeira fase da linhagem clássica, e seus seguidores utilitaristas, vem de um importante tratado de história do pensamento econômico do final do século XIX, citado por Veblen, o *Philosophy and Political Economy*, do escocês Bonar (2012, [1893]).²⁹ Malthus, Robert Torrens e James Mill foram colocados ao lado de Ricardo nessa fase (Veblen, 1899b, p. 411, 417; 1900, p. 243).

O corte provocado pelo utilitarismo de Bentham foi mais um passo em direção à atenuação dos fatores teleológicos extra-humanos. Para a corrente utilitarista dos clássicos, o ponto do qual parte a elaboração teórica era a psicologia do prazer e da dor, e não uma “ordem divinamente sancionada” (Veblen, 1899b, p. 412). Escrevendo em uma linguagem própria da filosofia de Peirce, Veblen (1899b, p. 414) afirmou que a concepção de natureza humana serve como intermediária entre dois pontos da sequência dos fenômenos. De um lado, estavam as sensações humanas de prazer e dor, no meio a natureza hedonista e, por fim, tinha-se o curso da ação tomada (*eventuation in conduct*).

Nessa fase da economia clássica, havia o caminho para um estado benevolente das coisas, mas isso era em razão da ordem que emergia da ação dos indivíduos, segundo sua natureza hedonista, e não de forças externas. A sociedade utilitarista era vista como a soma algébrica de seus indivíduos; portanto, quando perseguiam seus objetivos individualmente, esses estariam diminuindo a “dor” e aumentando o “prazer” de toda a sociedade (Veblen, 1899b, p.

419). Para Veblen (1899b, p. 424), o animismo não foi deixado de lado nessa fase, mas ele perdera um pouco de seu “tom”. As conclusões utilitaristas pareciam resultar apenas da natureza humana hedonista, mas a causa última dessa psicologia humana não fora considerada, pesquisada, desvendada, ficando, segundo Veblen, como uma natureza humana tomada ad hoc. Desta forma, a maneira pela qual os utilitaristas concebiam a natureza humana já continha, em essência, as conclusões que podiam derivar de uma teoria apoiada sobre tais bases.

Dois aspectos dessa evolução do classicismo em sua relação com ambiente sociocultural e econômico são importantes para se anotar. Em primeiro lugar, Veblen dedicou espaço muito menor para as explicações de como o contexto influenciou a guinada da linhagem clássica para o utilitarismo. Isso porque ele notou apenas o reforço gradual de fatores favoráveis aos hábitos prosaicos de pensamento: o recurso crescente aos processos mecânicos na indústria, o declínio dos poderes da aristocracia e do clero, bem como o aumento da densidade populacional, que resultava em maior especialização e no aumento do comércio e das trocas (Veblen, 1899b, p. 424). O segundo aspecto notável é a causalidade circular que Veblen estabeleceu entre o contexto e os hábitos de pensamento. O surgimento do utilitarismo era resultado do contexto sociocultural, mas, depois, como esse se coaduna com o cenário que o gerou, seria tomado como um “guia do conhecimento produzido” (Veblen, 1899b, p. 413-4). O utilitarismo transformou-se em valor, em parâmetro pelo qual as teorias científicas seriam avaliadas (Veblen, 1899b, p. 422).

A terceira geração é representada, na série em foco, por John Stuart Mill e John Cairnes.³⁰ Esses clássicos, que avançaram ainda mais na psicologia do agente econômico, seriam os economistas do “hedonismo sofisticado”. Segundo Veblen, eles foram capazes de reconhecer inclinações naturais diferentes das puramente hedonistas e, por isso,

aceitaram que as motivações dependiam do contexto em que estava o agente. Por exemplo, ele assinalou que Mill e Cairnes reconheciam diferentes motivações em diferentes classes sociais (Veblen, 1900, p. 244-5). Nisso Veblen seguiu a discussão que Bonar (2012, [1893]) fizera sobre a metodologia de Mill, na qual ele ressaltou esse caráter menos restritivo da natureza humana. De acordo com o institucionalista (1900, p. 248), essa concepção do agente econômico concedia um papel ainda mais ativo à psicologia humana, visto que agora sua natureza não era estanque e uniforme em todos os indivíduos e em todos os cenários. Reafirmava-se a regra de que, quanto maior a liberdade de ação na concepção da natureza humana e de sua psicologia, menor era o espaço para a teleologia (Veblen, 1900, p. 248).

Assim, na economia de J. S. Mill e Cairnes, o problema principal não era tanto o estabelecimento de um caráter restritivo para a natureza humana, mas sim um limite muito estrito para a ciência econômica. Mill e Cairnes foram os responsáveis pela definição da economia como uma ciência hipotética, focada somente no que derivava do comportamento humano no tocante à perseguição da riqueza, isto é, no que resultava do comportamento hedonista. A ação humana derivada dessas inclinações era o caso tomado como “normal”, enquanto todos os outros cursos de ação seriam “expurgados” como “fatores de distúrbio” (Veblen, 1900, p. 253-5). Nas palavras de Veblen, a economia tornou-se “uma discussão dos fatos concretos da vida no que diz respeito à sua aproximação do caso normal” (Veblen, 1900, p. 255). Com o reconhecimento da complexidade da psicologia humana, atenuava-se muito do caráter animista das gerações anteriores, mas, ao redefinirem o papel da ciência econômica, eles não conseguiram fazer a transição completa para a economia pós-darwinista (Veblen, 1898a, p. 385).

A relação que Veblen (1900, p. 249-50) fez dessa terceira geração com a mudança do contexto sociocultural e tecno-

lógico está sobre as mesmas bases das anteriores. No entanto, no que toca à economia de Cairnes, Veblen notou a aproximação da economia com a química da época, “uma química extremamente (sistemática) taxonômica” (Veblen, 1900, p. 256). É válido lembrar, então, que a obra de Cairnes sobre metodologia, *The Character and Logical Method of Political Economy*, foi publicada em 1857. Era nesse período que os químicos perseguiam a classificação dos elementos, já que as organizações mais definitivas desses datam da década de 1860. A economia de Cairnes era o protótipo da ciência econômica taxonômica, que “classificaria” os fenômenos da economia de acordo com sua pertença ao caso normal, mantendo todo o resto fora do interesse do economista político.

A série dos textos *Preconceptions* termina com uma análise não definitiva sobre o que acontecia no campo da economia àquele tempo. Nas palavras de Veblen (1900, p. 261), era necessário algum distanciamento histórico para concluir definitivamente a respeito dos resultados da economia desenvolvida pelos herdeiros do classicismo. Nesse ponto, Veblen utilizou o conceito de seleção natural, que se apoia mesmo nesse distanciamento temporal, argumentando que era cedo para avaliar qual seria a economia “selecionada” pelo novo contexto. Entretanto, mesmo em um sentido inacabado e imperfeito, Veblen não se absteve completamente de dar um parecer sobre os trabalhos de Neville Keynes e de Marshall, tomados como então representantes contemporâneos da corrente clássica.

Para Neville Keynes, Veblen reconheceu um passo adiante na direção da economia evolucionária, uma vez que esse atenuava o caráter “hipotético” da economia política. O institucionalista até assinalou a influência da Escola Histórica Alemã, que teria levado Neville Keynes a dedicar alguma atenção ao papel das “instituições e sua história.” (Veblen, 1900, p. 262). Isso exatamente no sentido conciliatório em que a obra de

Neville Keynes é interpretada pelos metodologistas modernos (Blaug, 1992; Bianchi, 1992). Dentro dessa síntese, que Neville Keynes tentava fazer entre a abordagem milliana e a historicista, o mais relevante para Veblen era a mudança no ponto de vista sobre o objeto da economia. Esse objeto não devia, para Neville Keynes, ser constituído apenas por aqueles fenômenos relacionados à busca da riqueza, ou seja, influenciados pelo comportamento hedonista, mas composto de todos os fatos que, de alguma forma, tinham relação com a atividade econômica dos homens. O que faltava para Veblen, enfim, era a admissão, por parte do professor de Cambridge, do fato de que todos os fenômenos sociais tinham relação com os fenômenos econômicos (Veblen, 1900, p. 262).

Se Neville Keynes tinha proposto algo na direção da definição de uma economia mais evoluída, Marshall era o economista que, “pelo menos superficialmente”, apresentava uma “aparência” de discussão mais moderna. Contudo, para Veblen, Marshall ficou apenas na intenção de fazer uma teoria no sentido evolucionário, não alcançando a efetiva elaboração de um sistema que superava o atraso da ciência econômica (Veblen, 1900, p. 265). Sua teoria “permanece uma investigação dirigida para a determinação das condições de um equilíbrio das atividades e de uma situação quiescente e normal” (Veblen, 1900, p. 263). Foi assim que Veblen (1900, p. 261, 265-6) leu e definiu a economia neoclássica, que envolvia desde a formulação de Cairnes até o trabalho de Marshall como uma tendência “quase evolucionária”, isto é, com a intenção e o objetivo de superar a economia de cores animistas, teleológicas, mas ainda sem adotar plenamente os hábitos dos cientistas verdadeiramente evolucionários.

Resta analisar o que Veblen considerou sobre o marginalismo, corrente teórica que ele inseriu no texto de 1909 como inteiramente em continuidade com a tradição clássica

(Veblen, 1909, p. 621-3). O tom do artigo de 1909, escrito quando Veblen havia deixado a Universidade de Chicago e a editoria do *JPE*, muda bastante em relação aos tratados acima.

A linha que marca *The Limitations of Marginal Utility* é a da imputação da pecha de anacrônica à economia marginalista em comparação com as ciências modernas (Veblen, 1909, p. 624-6). Veblen usou uma dicotomia bastante popular na discussão metodológica daqueles tempos: o par economia estática/economia dinâmica. A partir disso, e declarando J. B. Clark como o expoente da economia marginalista, o institucionalista tentou demonstrar o caráter fútil de se buscar uma teoria dinâmica via marginalismo. Novamente, o argumento corria sobre a imposição do caráter teleológico às teorias de estirpe marginalista, assim como fora com o classicismo (Veblen, 1909, p. 621). O hedonismo, centro da formulação da psicologia humana na economia marginalista, aliado à adoção das instituições da propriedade e do livre contrato como direitos naturais, sempre existentes, tornava o marginalismo uma teoria essencialmente estática. Ela só podia procurar condições equilibrantes dentro desse escopo limitado de motivações humanas e configuração institucional. Nesse ponto, Veblen utilizou um argumento de generalidade, como descrito por Arida (1983), afirmando que uma teoria verdadeiramente evolucionária tomaria a sociedade regida pelos contratos e pela propriedade como um ponto na história, não como uma situação natural. Da mesma maneira, o comportamento hedonista devia ser avaliado no sentido de uma situação específica, condicionado pelo ambiente institucional e historicamente determinado. Dentro disso, Veblen estabeleceu três critérios que deveriam ser observados em uma teoria pós-darwinista: (1) é preciso investigar as origens das instituições, não tomá-las como permanentes, imutáveis – foi o que ele fez em Veblen (1898c); (2) a concepção da psicologia humana necessariamente tem que

considerar motivações para além do hedonismo puro, da busca do máximo prazer com o mínimo esforço – tema de Veblen (1898b); e (3) não se pode tomar uma situação como dada de maneira apriorística, pois isso é justamente o que abre espaço para a subjetividade do investigador, que determinaria o ambiente institucional e a psicologia humana de acordo com as ideias que desejasse demonstrar.

O que se destaca como central do texto de 1909 para nossa leitura é o fato de que o marginalismo, na argumentação vebleniana, constituía o desvio da tradição. Se a linha-gem clássica, composta dos “grandes mestres do passado” tinha evoluído em direção à construção de uma economia pós-darwinista, os marginalistas empacavam esse desenvolvimento na teleologia, na estática, na taxonomia e na subjetividade. Essa interpretação de Veblen, que tomou o marginalismo como desvio, tem o mesmo sentido das leituras de Rutherford (2011) e Yonay (1998), que viram o embate entre o institucionalismo e o marginalismo como a grande batalha teórico-metodológica do início do século XX na academia norte-americana. Veblen estava, no momento da criação do institucionalismo pelas suas próprias mãos, identificando e criticando o pensamento que seria o grande adversário da tradição à qual ele dava origem.

Gustav Schmoller e a Escola

Histórica Alemã, Karl Marx e os marxistas

No último texto da série *Preconceptions*, Veblen (1900, p. 261) notou a dificuldade de tratar ali todas as escolas de economia; por isso a análise daquela série excluía o marxismo e os historicistas alemães. Conforme demonstrado no Quadro 1, foi em outros textos que essas duas importantes escolas de economia apareceram escrutinadas. A estrutura da argumentação, no entanto, guarda bastante semelhança com a dos artigos estudados acima.

Foi em uma extensa nota, publicada no *QJE* em 1901, que Veblen analisou a Escola Histórica Alemã. Muito embora o texto fosse principalmente uma resenha do então recém-lançado *Gundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre*, de Gustav Schmoller, o crítico institucionalista perpassou três vertentes ou fases do historicismo alemão. Primeiro, a geração mais antiga, da qual Wilhelm Roscher era o mais destacado economista. Em seguida, uma corrente de segunda geração, marcada pela recusa à elaboração de teorias econômicas, cujo mais importante economista era Adolph Wagner. Já a versão moderna, de Schmoller, era contemporânea à economia de Wagner, mas representava uma tentativa de desenvolver uma teoria de caráter mais moderno, de cores pós-darwinistas (Veblen, 1901, p. 70-2, 74, 80-1).

Wilhelm Roscher foi apresentado por Veblen como pertencente ao período do hegelianismo, da filosofia romântica, que eram as marcas da intelectualidade germânica de seu tempo (Veblen, 1901, p. 75).³¹ E o hegelianismo é, ainda mais no trabalho de Veblen, uma concepção filosófica marcadamente teleológica. Para o hegelianismo, o espírito humano se desenvolve por “necessidade interna”, o que pode ser interpretado como o postulado de que cada ser do mundo tem, em sua essência, a determinação de seu desenvolvimento – uma fórmula próxima do princípio da razão suficiente de Leibniz. O desvendar das leis de desenvolvimento interno tem a mesma força sobre a teoria que as leis naturais exerceriam na teleologia do classicismo (Veblen, 1901, p. 77). Portanto, a teoria econômica dessa fase da Escola Histórica Alemã estava baseada na ideia do desenvolvimento necessário, e a linha geral desse desenvolvimento era determinada pelos “vieses e ideais” do investigador (Veblen, 1901, p. 78). Em última análise, esses vieses e ideais eram resultado do tempo no qual o investigador vivia, fazendo da economia de Roscher uma coleção de máximas conservadoras.

A transformação da Escola Histórica em Schmoller foi apresentada como uma atenuação, ou até mesmo uma “relativa ausência”, dos caracteres teleológicos inscritos nas formulações anteriores (Veblen, 1901, p. 79). O *Gundriss* de Schmoller foi bastante elogiado por Veblen, que admitia a economia do alemão como, por vezes, formulada em termos genuinamente pós-darwinistas. Veblen também fez questão de dizer que Schmoller não estaria só nesse projeto dentro da nova geração do historicismo alemão, mas, infelizmente, ele não mencionou nenhum outro nome (Veblen, 1901, p. 81).

A análise do texto de 1901 corre em tons menos aprofundados em filosofia, se comparada com a série *Preconceptions*. Desta feita, embora não exista nesse texto considerações pormenorizadas sobre a forma epistemológica das causalidades, a indicação do que é evolucionário no estudo de Schmoller fica clara. Schmoller estudava a etnologia, a psicologia e a formação da cultura para entender os métodos de organização social, e daí os hábitos que se tornam instituições socioeconômicas, como a família, a divisão do trabalho e das classes sociais, a propriedade e o aparecimento das empresas e das corporações. Isso era, segundo Veblen, um estudo das origens e da evolução, da persistência e da variação das instituições (Veblen, 1901, *passim*).

Todavia, Schmoller não conseguiu realizar por completo o ideal evolucionário. Ele foi vítima do próprio conservantismo (Veblen, 1901, p. 86, 88, 92-93). Veblen assinalou que, na medida em que Schmoller se aproximava da análise das instituições contemporâneas, o estudo abandonava a linha evolucionária e passava a ser normativo, no sentido de justificar, de defender a forma atual das instituições germânicas como as melhores e mais bem acabadas. Veblen (1901, p. 87, 93) anotou que Schmoller via naquele tempo presente a “consumação intrinsecamente desejável”, normatizando o formato contemporâneo das instituições

alemãs como suas formas finais e ideais, o que fez de sua obra um estudo ainda eivado de teleologia.

Quanto a Marx, foco do artigo de 1906, a crítica vebleniana é bem parecida com a dirigida ao historicismo alemão, e mesmo com aquela voltada ao classicismo. Já no que diz respeito aos marxistas de fins do século XIX, tratados no texto de 1907, o institucionalista elogiou uma grande evolução em direção ao pós-darwinismo.

As duas principais influências de Marx foram reconhecidas de pronto. Assim, Veblen (1906a, p. 575) afirmou que o sistema marxiano tinha apenas um “ar de originalidade”, já que era uma combinação dos preconceitos comuns ao classicismo britânico, oriundos da filosofia da lei natural e do hegelianismo alemão.³² De tal modo, montado sobre pilares pré-darwinistas, o sistema marxiano era necessariamente uma ciência que não se encaixava entre as evolucionárias. Veblen entendeu, como indicara o próprio Marx, que a teoria econômica marxiana encontrava-se dentro de seu sistema “guarda-chuva”, a “Concepção Materialista da História”. E essa era uma concepção principalmente derivada da filosofia hegeliana, romântica como as pré-concepções dos historicistas alemães (Veblen, 1906a, p. 579, 595; 1907, p. 302). Marx era um economista do terceiro quarto do século XIX, portanto um homem sob a influência dessa filosofia alemã, como toda a classe letrada daquele país, dizia Veblen (1907, p. 299).

A ciência econômica de Marx, desse modo, compreendia um sistema típico da teleologia que Veblen condenava, e tinha uma consumação final bem clara: o fim das lutas de classes na realização da sociedade sem classes do socialismo (Veblen, 1906a, p. 582). De acordo com Veblen, as pré-concepções marxianas foram adotadas e desenhadas para que o sistema levasse à conclusão desejada pelo elaborador. Basicamente, premissas centrais, como o valor trabalho, assistidas por premissas auxiliares, como a capa-

cidade das classes sociais de tomarem consciência de seus interesses, foram trabalhadas com o intuito de demonstrar a consecução da revolução socialista. Essa elaboração foi influenciada pelas pré-concepções hegelianas (românticas), segundo as quais os movimentos históricos devem ser “autocondicionados” (Veblen, 1906a, p. 580).

O âmago da teleologia em Marx era a linha de raciocínio que vai da diferença entre o trabalho pago e o valor das mercadorias produzidas à acumulação de capital, à aplicação desse capital em tecnologias poupadoras de trabalho, e, conseqüentemente, à formação do exército industrial de reserva, que significava a pauperização da classe trabalhadora. Então, empobrecida e consciente de seus interesses, a classe trabalhadora realizaria a revolução socialista (Veblen, 1906a, passim). O institucionalista discordou do final certo da revolução, visto que uma teoria verdadeiramente evolucionária não poderia demonstrar caminhos únicos e inequívocos.

Alguns fatores foram aventados como obstáculos à consecução do final marxiano. Primeiro, Veblen (1906a, p. 594) citou a lei da população, segundo a qual uma classe empobrecida diminuiria sua taxa de natalidade, diminuindo assim o tamanho da própria classe e, logo, o próprio exército industrial de reserva. Depois, ele mostrou como a conscientização da classe trabalhadora e, principalmente, a conclusão derivada de que tal classe, assim conscientizada, levaria adiante uma revolução socialista, eram apenas hipotéticas, até mesmo improváveis. Um dos caminhos que podia levar a classe trabalhadora a voltar sua indignação não contra a classe proprietária, mas contra “agentes externos”, era o nacionalismo. Aliás, Veblen (1907, p. 319) apresentou as ondas nacionalistas europeias como evidências de que a consciência das classes trabalhadoras estava voltada para as lutas dinásticas, e não para a revolução socialista. O fim do sistema capitalista como resultado de qualquer uma das suas propriedades, como resultado

de uma “necessidade intrínseca” era, portanto, a marca do pré-darwinismo de Marx.

E quanto aos seguidores do socialista alemão? Autor de inúmeras resenhas sobre obras dos socialistas de seu tempo, Veblen conhecia sobremaneira os trabalhos da geração reformista da passagem do século XIX para o XX. De certo modo, para Veblen, esse reformismo estava de acordo com os preconceitos de seus dias, ou seja, com a ciência pós-darwinista (Veblen, 1907, p. 306).³³ O autor da crítica reconheceu que esses revisionistas estavam estudando as instituições, os hábitos, particularmente os das nações europeias, com o intuito de explicar por que a revolução socialista não teria ocorrido como Marx previra (Veblen, 1907, passim). No entanto, no que diz respeito à ciência econômica, Veblen afirmou que eles pouco faziam para modificar a teoria marxiana, de modo a coaduná-la com algo na linha do que evolucionismo requeria (Veblen, 1907, p. 312 e ss.). O institucionalista chegou mesmo a duvidar de que os revisionistas entendessem completamente o trabalho de Marx, uma vez que não compreendiam que a economia marxiana não combinava com sua revisão não teleológica (Veblen, 1907, p. 300). Enfim, apesar dos elogios à postura revisionista, a conclusão de Veblen é de que uma efetiva teoria econômica, um sistema de economia política pós-darwinista, ainda não tinha sido elaborada pelos marxistas de seu tempo.

A crítica e a história do pensamento econômico dos textos sobre Gustav Schmoller, Marx e os marxistas é praticamente a mesma que Veblen elaborou para os clássicos. Há nessas escolas de pensamento, igualmente, a atenuação dos caracteres teleológicos, ao mesmo tempo em que se demonstra a tese do ambiente epistêmico. Tanto a primeira geração dos historicistas alemães quanto Marx eram economistas de seu tempo e, mais do que isso, de seu lugar, a Alemanha de meados dos Oitocentos. Já Schmoller e os seguidores de Marx, seus contemporâneos, eram autores que

apresentavam atenuações da teleologia, tentativas (não conscientes) de elaborar seus sistemas em termos pós-darwinistas. Enfim, Veblen pode ser interpretado como “reinventor” até mesmo das tradições historicista e marxista, mostrando também nessas escolas o desenvolvimento da economia em direção à sua posição.

6_À guisa de conclusão: apontamentos sobre o lugar de Veblen entre os economistas

Thorstein Veblen foi um dos grandes nomes da ciência econômica norte-americana. A enorme influência que a obra de Dorfman (1947, [1934]) teve sobre a compreensão da figura de Veblen, em especial sobre sua suposta marginalidade em relação à academia de seu tempo, sem dúvida, afetou, ao longo do século XX, a dimensão do economista para a história da disciplina. Mesmo assim, ele sempre é reconhecido como o fundador do institucionalismo, que rivalizou com o marginalismo como pensamento econômico predominante nos Estados Unidos pelo menos até 1947 (Rutherford, 2011). Ainda, sem nunca ter sido filiado à AEA, em 1925, uma iniciativa comandada por Paul Douglas tentou eleger Veblen para a presidência da entidade. Contudo, em uma fase bem diferente de sua carreira em relação aos anos da crítica sistemática, o célebre institucionalista recusou a oferta, pois economistas contrários à sua nomeação impuseram a condição de fazer um discurso no encontro anual, e eles sabiam que Veblen não concordaria (Jorgensen; Jorgensen, 1999, p. 174). Em 1957, a AEA homenageou o centenário do ex-professor de Chicago com uma mesa-redonda organizada para discutir seu trabalho. E, bem recentemente, Veblen foi incluído entre os 18 mais importantes economistas que mereceram destaque no calendário comemorativo dos 125 anos da AEA, ao lado de Smith, Marx, J. S. Mill, Keynes, Hayek e outros.

Consequentemente, não é irrazoável pensar que algum grau de acordo, senão mesmo uma razoável aceitação de Veblen entre os economistas, aconteceu àquele tempo. Nosso estudo, portanto, é uma investigação que procura contribuir com o revisionismo sobre esse acordo, e pretendeu desempenhar essa tarefa de dois modos.

Primeiro, estudando a necessidade da solução de compromisso entre o institucionalista e os seus colegas de academia. Dentro disso, procuramos mostrar que o contexto em que Veblen iniciou sua carreira era justamente o de formação, de caracterização, de determinação do significado da profissão do cientista da economia. Assim, julgamos que dificilmente ele poderia ter se postado explicitamente como um marginal e, nesta posição, participado ativamente da vida acadêmica dos economistas norte-americanos da Era Progressiva. Além disso, notamos que Veblen publicou seu trabalho crítico em veículos primordialmente voltados ao público economista, e, no caso do *QJE*, editado por um tradicionalista, Frank Taussig. Ademais, o próprio caráter do seu trabalho, evitando a normatividade sobre políticas sociais e econômicas, nomeadamente sobre as radicais, é em si mesmo um acordo com a cientificidade que ajudava na construção da legitimidade dos economistas como cientistas.

Em segundo lugar, assim como fizeram outros grandes nomes do pensamento econômico, Veblen também tinha a sua versão da história da ciência. Foi nossa intenção mostrar como essa narrativa teve como um dos seus objetivos centrais promover o acordo dos economistas com sua crítica. A reinvenção da tradição, como foi historiada pelo primeiro institucionalista, é uma busca de legitimidade para sua reivindicação teórica. E, da mesma forma, é um argumento contra o que ele via como o anacronismo de seu tempo, representado pelo marginalismo. Arida (1983, p. 28), como notamos anteriormente, citou alguns famosos usuários da

reinvenção como expediente retórico. Assim, esperamos que o nosso trabalho possibilite aos historiadores do pensamento econômico arrolar também Veblen como o (re)inventor da economia pré-darwinista.

Finalmente, mesmo que possamos discutir o sucesso com que Veblen realizou a superação dos alegados defeitos que criticou, é justo colocá-lo em seu devido lugar entre os economistas de sua época. Assim, esse reposicionamento de sua figura na evolução do pensamento econômico, para além da própria correção da história, deve ajudar no aumento da atenção dos economistas à sua importantíssima, e nunca marginal, obra.

Notas

¹ Bartley e Bartley (1997, 1999, 2000), além dos autores da biografia mais recente do institucionalista, Jorgensen e Jorgensen (1999), são alguns dos estudiosos que compõem a tendência que se pode chamar de “revisionista”. Tilman (2002), estudioso de Veblen bastante ligado ao grupo dos economistas que gravita em torno da Association for Evolutionary Economics (AFEE), também deve ser considerado como parte desse grupo. Ver Hudson (2002) para uma crítica mais geral ao trabalho de Dorfman sobre a história do pensamento econômico norte-americano.

² Cabe notar que a “crítica ao pensamento econômico” não era um exercício contra a ciência econômica como forma de compreensão do mundo, mas sim a constatação de que um campo do saber com um objeto

importante estaria “atrasado” em relação a outras formas de conhecimento científico.

³ A mais completa listagem dos escritos de Veblen que conhecemos é a de Camic e Hodgson (2011). O institucionalista viveu até 1929, escrevendo prolificamente até pelo menos 1927.

⁴ O termo “economia neoclássica” foi cunhado por Veblen em um dos textos da crítica sistemática, de 1900. Ver Asproumorgos (1986).

⁵ De acordo com o *Dicionário de Filosofia* de Nicola Abbagnano (2000), teleologia é uma doutrina, um modo de explicação dos fenômenos que admite a causalidade do fim. Dito de outro modo: uma explicação teleológica é aquela em que as relações de causa e efeito, especialmente entre eventos que se sucedem no tempo, são ditadas por uma consumação

final para a qual os fenômenos se dirigiriam.

⁶ Estes três pares de termos são encontrados com o mesmo significado ao longo da obra de Veblen.

⁷ Era Progressiva (*Progressive Era*) é o nome que a historiografia norte-americana dá ao período que vai, grosso modo, de 1890 a 1920.

⁸ Organização que surgiu em 1865 e desapareceu em 1909. Não se deve confundir a ASSA mencionada aqui com a Allied Social Science Association, da qual faz parte até hoje a American Economic Association.

⁹ Ross (1991), outra estudiosa desse processo, apontou o mesmo que Haskell, adicionando que essas novas comunidades também se tornaram uma forma de proteção de seus membros de “ataques” externos, procurando dar a legitimidade de ciência a diversos campos acadêmicos.

¹⁰ O *Journal des Économistes*, francês, surgiu em 1841. Já no mundo de língua inglesa, em 1890, Alfred Marshall notou a necessidade de os britânicos seguirem a experiência norte-americana e fundarem uma associação e um periódico, o que eles fariam no ano seguinte (Mason; Lamont, 1982, p. 395).

¹¹ Sobre esse ponto, ver Coats (1998), Morgan e Rutherford (1998), Bateman (1998) e Rutherford (2011).

¹² John Commons, considerado o outro fundador do institucionalismo, fazia parte do grupo de Ely.

¹³ Agradecemos ao professor Luiz Alberto Esteves pela sugestão do teste de Kolmogorov-Smirnov.

¹⁴ Os critérios para escolha dos economistas foram: (1) presidentes da AEA; (2) presença em Blaug e Sturges (1983); e (3) nascidos entre 1847 (J. B. Clark) e 1867 (Fisher), ou seja, dez anos antes e dez anos depois do nascimento de Veblen.

¹⁵ Os números entre parênteses na linha “total” somam as publicações do grupo no periódico da coluna.

¹⁶ Excluíram-se resenhas e notas.

¹⁷ Já no *PSQ*, Veblen (1908, 1909) publicou suas críticas ao conceito de capital e às teorias de Irving Fisher, assunto eminentemente econômico. Contudo, o sítio eletrônico da New School University (2011) sobre história do pensamento econômico aponta que o *PSQ* publicava regularmente artigos de economistas, com assuntos econômicos (Edwin Seligman, economista de Columbia, era um dos editores do *PSQ*). Algo muito menos comum no *AJS*.

¹⁸ Dos dez artigos contabilizados para Commons, oito fazem parte de uma série intitulada *A Sociological View of Sovereignty*, e um dos artigos de Carver é simplesmente a transcrição de sua participação em um simpósio sobre a relação entre as ciências sociais.

¹⁹ Mais detalhes em Conover (1999).

²⁰ Excluídos John Commons do *AJS* e Frank Taussig do *QJE*.

²¹ Excluídos James Laughlin do *JPE* e Frank Taussig do *QJE*.

²² Embora Coats (2005c, p. 90) tenha assinalado que a identificação dessa divisão de trabalho depende da definição das categorias “teoria” e “questões práticas”, é observável que, no período entre 1886 e 1910, houve predomínio da chamada “categoria 2”, como definida no AEA Index of Economic Journals, no *QJE* (20% dos artigos). Essa categoria compreende “teoria econômica, incluindo teoria monetária”. Enquanto isso, no *JPE* apenas 7% dos artigos encaixavam-se nessa categoria.

²³ Mostrar um campo científico como ligado filosófica ou metodologicamente à ciência evolucionária de Darwin era, em si mesmo, um expediente de argumentação importante na Era Progressiva (Leonard, 2011).

²⁴ Esta ideia foi sugerida de forma mais ou menos explícita em *The Theory of Leisure Class* (1899), sendo retomada com força como um dos aspectos essenciais de *The Theory of Business Enterprise* (1904) e, depois, no capítulo metodológico daquela que Veblen considerava sua mais bem acabada obra, *The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts* (1914) (Veblen, 2004a, 2004b, 2004c).

²⁵ O conceito de hábito é importante para os pragmatistas em geral; por vezes, encontra-se em Peirce “hábito da mente” (*habit of mind*). Em Dewey, há a noção de “hábitos de ação”, ligados a hábitos de pensamento.

²⁶ Um intérprete atual como Hodgson (2001, p. 149) definiu o papel dos hábitos de pensamento como o de “acomodar” (*accommodate*) e reproduzir” as estruturas conceituais com as quais entendemos e atribuímos significado para o mundo.

²⁷ Ver, por exemplo, Ely (1887). Sobre a mudança na ideologia mais geral no pensamento social e político norte-americano, Hofstadter (1955) é ótima referência.

²⁸ Os fisiocratas já eram tratados por Veblen (1898a, p. 381) como uma evolução em relação a ideários anteriores: “A história da ciência mostra um longo e tortuoso curso de desintegração do animismo – partindo dos dias dos escritores escolásticos, que discutiram a usura do ponto de vista da suserania divina, até os fisiocratas, que apoiaram sua causa em uma ‘ordem natural’ e em uma ‘lei natural’.”

²⁹ A obra de Bonar (2012, [1893]) tem o Livro II intitulado “Filosofia Moderna: Lei Natural”, e nessa parte o autor incluiu, entre outros, Hume, os fisiocratas e Adam Smith. No Livro III, “Filosofia Moderna: Utilitarismo”, estão Malthus, Bentham e os dois economistas famosos da família Mill, James e John Stuart. Veblen não seguiu exatamente esse recorte, pois o mais novo dos Mill foi considerado de uma geração posterior.

³⁰ Nessa nova fase, surgiram os tratados metodológicos que consideravam sobre os objetivos e a natureza do saber econômico como ciência e em relação a outras ciências. Veblen não fez referência direta aos escritos metodológicos de J. S. Mill, embora fique claro que ele tomou como base a discussão de Bonar sobre o famoso economista e filósofo inglês. Por outro lado, Veblen (1900, passim) referenciou bastante os trabalhos de Cairnes, uma vez que os considerava mais arquetípicos da metodologia clássica dessa geração. Ele citou *The Character and Logical Method of Political Economy, Essays in Political Economy e Some Leading Principles of Political Economy Newly Expounded*.

³¹ O encaixe da filosofia germânica desse tempo no rótulo “romantismo” foi creditado por Veblen (1901, p. 75) ao filósofo dinamarquês Harald Høffding.

³² A crítica vebleniana ao trabalho de Marx assenta-se principalmente sobre o primeiro volume de *O Capital*. Nas notas ainda se encontram referências ao famoso Prefácio de 1859 e ao folheto de Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, de 1880. Dois outros trabalhos secundários foram importantes para Veblen, um artigo bastante citado nos Estados Unidos do início do século XX, de Edwin Seligman, *The Economic Interpretation of History*, e o do socialista austríaco Max Adler, *Kausalität und Teleologie im Streite um die Wissenschaft*, de 1904.

³³ Os nomes citados no texto de Veblen são Eduard Bernstein, Antonio Labriola, Enrico Ferri, Conrad Schmidt e Tugan-Baranowski.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARIDA, P. A História do Pensamento Econômico como teoria e retórica. *Texto para Discussão no 54*. Departamento de Economia PUC/RJ, 1983.
- ASPROMOURGOS, T. On the origins of the term 'neoclassical'. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 10, n. 3, 1986.
- BARBER, W. J. Laurence Laughlin. In: EMMETT, R. (Eds.). *The Elgar Companion to the Chicago School of Economics*. Cheltenham: Elgar, 2010.
- BARTLEY, R. H.; BARTLEY, S. E. In search of Thorstein Veblen: further inquiries into his life and work. *International Journal of Politics, Culture and Society*, vol. 11, n. 1, 1997.
- BARTLEY, R. H.; BARTLEY, S. E. In the company of T. B. Veblen: a narrative of biographical recovery. *International Journal of Politics, Culture and Society*, vol. 13, n. 2, 1999.
- BARTLEY, R. H.; BARTLEY, S. E. Stigmatizing Thorstein Veblen: a study in the confection of academic reputations. *International Journal of Politics, Culture and Society*, vol. 14, n. 2, 2000.
- BATEMAN, B. Clearing the ground: the demise of the Social Gospel Movement and the rise of neoclassicism in American economics. *History of Political Economy*, vol. 30, supplement, 1998.
- BIANCHI, A. M. Muitos métodos é o método. *Revista de Economia Política*, vol. 12, n. 2, 1992.
- BLAUG, M.; STURGES, P. *Who's who in economics: a biographical dictionary of major economists 1700-1980*. Sussex: Wheatsheaf, 1983.
- BLAUG, M. *The Methodology of Economics: or how economists explain*. 2nd Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- BONAR, J. *Philosophy and Political Economy: in some of their historical relations*. New York: MacMillan, 1893. (2012). Disponível em: <<http://www.archive.org/details/philosophypolitoobonarich>>. Acesso em: 12 fev. 2012.
- CAMIC, C. Veblen's apprenticeship: on the translation of Gustav Cohn's System der Finanzwissenschaft. *History of Political Economy*, vol. 42, n. 4, 2011.
- CAMIC, C.; HODGSON, G. (Eds.). *Essential Writings of Thorstein Veblen*. (Kindle Ed.). New York: Routledge, 2011.
- COATS, A. W. What is American about American economics? In: RUTHERFORD, M. (Ed.). *The economic mind in America: essays in the history of American economics*. London: Routledge, 1998.
- COATS, A. W. The culture and the economists: some reflections on Anglo-American differences. In: COATS, A. W. *The Sociology and professionalization of economics: British and American Essays*. Vol. II. Routledge: London, New York, 2005a.
- COATS, A. W. The first two decades of the American Economic Association. In: COATS, A. W. *The Sociology and professionalization of economics: British and American essays*. Vol. II. Routledge: London, New York, 2005b.
- COATS, A. W. The role of scholarly journals in the History of Economics: an essay. In: COATS, A. W. *The Sociology and professionalization of economics: British and American Essays*. Vol. II. Routledge: London, New York, 2005c.
- CONOVER, W. J. *Practical nonparametric statistics*. New York: John Wiley & Sons, 1999.
- DORFMAN, J. *Thorstein Veblen and his America*. New York: Viking Press, 1947.
- EDGELL, S. Thorstein Veblen: the mistaken marginality of the man from Mars. *Inaugural Conference of the International Thorstein Veblen Association*. New York: New School for Social Research, 1994.
- EDGELL, S. *Veblen in perspective: his life and work*. New York: M. E. Sharpe, 2001.
- ELY, R. Political economy in America. *North American Review*, vol. 114, n. 363, 1887.
- FROMAN, L. A. Graduate students in Economics: 1904-1928. *American Economic Review*, vol. 20, n. 2, 1930.
- HASKELL, T. *The emergence of Professional Social Science: the American Social Science Association and the Nineteenth-Century Crisis of Authority*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2000 [1977].
- HODGSON, G. *How economics forgot History: the problem of historical specificity in social science*. New York: Routledge, 2001.
- HOFSTADTER, R. *The age of reform*. New York: Knopf, 1955.
- HUDSON, M. Why Dorfman was enamoured with Veblen the Person, but not with his ideas. *The 4th Conference of the International Thorstein Veblen Association*. New York, May 12, 2002.

- HULSWIT, M. *From cause to causation: a Peircean perspective.* (Kindle Ed.). Dordrecht: Kluwer, 2002.
- JORGENSEN, E. W.; JORGENSEN, H. I. *Thorstein Veblen: Victorian Firebrand.* Armonk: M. E. Sharpe, 1999.
- LEONARD, T. C. Religion and evolution in Progressive Era Political Economy: adversaries or allies? *History of Political Economy*, vol. 43, n. 3, 2011.
- LONGAWA, V. M. Episodes in the History of The Journal of Political Economy. *Journal of Political Economy*, centennial issue, vol. 100, n. 6, 1992.
- MARSHALL, A. The old generation of economists and the new. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 11, n. 2, 1897.
- MASON, E. S.; LAMONT, T. S. The Harvard Economics Department from the beginning to World War II. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 97, n. 3, 1982.
- MELAMED, Y.; LIN, M. Principle of sufficient reason. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/sufficient-reason/>>. Acesso em: 15 fev. 2012.
- MORGAN, M.; RUTHERFORD, M. American economics: the character of transformation. *History of Political Economy*, vol. 30, supplement, 1998.
- NEW SCHOOL UNIVERSITY. *History of economic thought website.* Disponível em: <<http://cepa.newschool.edu/het/>>. Acesso em: 22 jul. 2011.
- OVERTVELDT, J. *The Chicago School: how the University of Chicago assembled the thinkers who revolutionized economics and business.* Chicago: B2, 2007.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a nova retórica.* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- ROSS, D. *The origins of American Social Science.* Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- RUTHERFORD, M. *The Institutional Movement in American Economics, 1918-1947.* Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- SHAPIN, S. *The Scientific Revolution.* (Kindle Ed.). The University of Chicago Press, 1996.
- TILMAN, R. Grace Jaffe and Richard Ely on Thorstein Veblen: an unknown chapter in American economic thought. *History of Political Economy*, vol. 19, n. 1, 1987.
- TILMAN, R. Revisiting the revisionists: Veblen and his interpreters revisited. *International Journal of Politics, Culture and Society*, vol. 15, n. 4, 2002.
- VEBLEN, T. The price of wheat since 1867. *Journal of Political Economy*, vol. 1, n. 1, 1892.
- VEBLEN, T. The food supply and the price of wheat. *Journal of Political Economy*, vol. 1, n. 3, 1893.
- VEBLEN, T. The Army of Commonweal. *Journal of Political Economy*, vol. 2, n. 3, 1894.
- VEBLEN, T. Why is economics not an Evolutionary Science? *Quarterly Journal of Economics*, vol. 12, n. 4, 1898a.
- VEBLEN, T. The instinct of workmanship and irksomeness of labor. *American Journal of Sociology*, vol. 4, n. 2, 1898b.
- VEBLEN, T. The beginnings of ownership. *American Journal of Sociology*, vol. 4, n. 3, 1898c.
- VEBLEN, T. The preconceptions of Economic Science I. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 13, n. 2, 1899a.
- VEBLEN, T. The preconceptions of Economic Science II. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 13, n. 4, 1899b.
- VEBLEN, T. The barbarian status of women. *American Journal of Sociology*, vol. 4, n. 4, 1899c.
- VEBLEN, T. The preconceptions of Economic Science III. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 14, n. 2, 1900.
- VEBLEN, T. Gustav Schmoller's economics. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 16, n. 1, 1901.
- VEBLEN, T. The Socialist Economics of Karl Marx and its followers I. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 20, n. 4, 1906a.
- VEBLEN, T. The place of science in modern civilisation. *American Journal of Sociology*, vol. 11, n. 5, 1906b.
- VEBLEN, T. The Socialist Economics of Karl Marx and its followers II. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 21, n. 2, 1907.
- VEBLEN, T. Fisher Capital and Income. *Political Science Quarterly*, vol. 23, n. 1, 1908.
- VEBLEN, T. The limitations of marginal utility. *Journal of Political Economy*, vol. 17, n. 9, 1909.
- VEBLEN, T. *The Theory of Leisure Class.* The Collected Works of Thorstein Veblen, vol. 1. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004a [1899].
- VEBLEN, T. *The Theory of Business Enterprise.* The Collected Works of Thorstein Veblen, vol. 2. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004b [1904].
- VEBLEN, T. *The instinct of workmanship and the state of industrial arts.* The Collected Works of Thorstein Veblen, vol. 3. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004c [1914].
- WIEBE, R. *The search for order: 1877-1920.* New York: Hill & Young, 2001 [1967].
- YONAY, Y. *The struggle over the soul of economics.* Princeton: Princeton University Press, 1998.

E-mail de contato dos autores:
cavaga@uol.com.br

Artigo recebido em 24 de setembro 2012
e aprovado em 11 de outubro 2013.